

## **QUEM TEM DIREITO DE SER SUJEITO-EXPERIMENTAÇÃO? UM ESTUDO SOBRE EXPERIÊNCIAS TRANSVESTIGÊNERES EM ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE SAÚDE**

WEMI SOARES PEREIRA<sup>1</sup>; DANIELE BORGES BEZERRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – [uemisoares@gmail.com](mailto:uemisoares@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – [borgesfotografia@gmail.com](mailto:borgesfotografia@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho busca apresentar a proposta de projeto de pesquisa de Mestrado Acadêmico submetido para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e posteriormente aprovado, sendo fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O direito à saúde previsto no Art. 196 da Constituição Federal Brasileira, garante a agência e autonomia das pessoas transvestigêneres com relação aos seus corpos? Como o CIstema de saúde pensa os corpos e as subjetividades das pessoas trans e travestis?

A transgeneridade não é doença, contudo, o cotidiano de pessoas trans e travestis segue sendo atravessado pela discriminação, marginalização e a patologização. No país com os maiores índices de assassinatos contra pessoas trans, travestis e pretas pelo décimo quinto (15º) ano consecutivo segundo o dossiê da ANTRA (Bruna BENEVIDES, 2024), esta pesquisa em andamento se debruça sobre histórias de vida, a minha própria e a de outras, outres e outros que se relacionam com instituições de saúde no que diz respeito aos processos externalizadores (Kaio SOUZA LEMOS, 2020).

A Portaria nº. 1.707, de 18 de agosto de 2008, efetivou as diretrizes técnicas para o “Processo Transexualizador” no Sistema Único de Saúde (SUS). Este processo resume-se em garantir atendimento integral à saúde de pessoas trans e travestis incluindo acolhimento, psicoterapia, assistência social, hormonioterapia, modificações corporais, dentre outros. A partir disso, busco compreender as relações dentro do âmbito institucional para além do biomédico, o ambulatório trans é também espaço de afetividades, convivência e construção de coletividade.

Ao definir o conceito de biopoder, Michel Foucault (1999) mostra como o poder é exercido na modernidade através de práticas disciplinares e regulamentadoras que exercem controle sobre corpos, populações e a própria vida. Nesse sentido, é evidente que as normas sociais dominantes moldam as políticas públicas de saúde e influenciam o acesso de ir e vir e a aceitação de sujeitas/os trans/travestis nesses espaços. O Sistema Único de Saúde (SUS) é essencial na vida da população T, na facilitação ao acesso à saúde gratuita, à medicamentos, suporte e acolhimento que garantem dignidade e inclusão de pessoas trans e travestis. Porém, são necessárias estratégias cotidianas para lidar com as violências estruturais reproduzidas no âmbito biomédico e institucional.

Mesmo em 2024, ainda persiste, de forma equivocada, a suposição de que pessoas trans e travestis que buscam atendimento para iniciar um processo de acompanhamento com profissionais da saúde têm algo a corrigir, consertar ou até

mesmo curar. Essa dinâmica de discriminação e marginalização simultânea de corpos dissidentes em termos de raça, gênero, sexualidade e classe resulta das imposições da colonialidade. Quais são as estratégias criadas pelas pessoas transvestigêneres no que diz respeito à autonomia de seus corpos, construção de suas subjetividades e direito à experimentação, dado o contexto institucional com o qual nos relacionamos cotidianamente?

A transfeminista e pesquisadora Viviane Vergueiro (2016) ao conceituar a cisgeneridade, pontua que ela representaria “as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero “normais”, “não transtornados”, “biológicos”. (2016, p. 252) A partir disso, a autora caracteriza uma normatividade de gênero que atua através de:

(...) variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos. (2016, p. 43).

Sendo assim, se estabelece de forma hierárquica e dicotômica o que é natural e normal, imundo e anormal. Quem tem direito de experimentar? Existe uma noção cristalizada no que diz respeito ao que pessoas trans e travestis desejam quando buscam por modificações corporais. O que pretendo é ampliar as discussões sobre corporalidades trans/travestis, usos de tecnologia de gênero (Paul PRECIADO, 2018), acesso a saúde integral e estratégias de resistência cotidiana da população T dado o contexto do Brasil, refletindo sobre quem tem direito de ser sujeito-experimentação?

## **2. METODOLOGIA**

A autoetnografia enquanto metodologia dissidente como propõe Viviane Vergueiro Simakawa (2016) possibilita produzir conhecimento situado e corporificado pois evidencia as fronteiras do corpo de carne-osso-memória-sangue que escreve/pesquisa. A autora destaca que esta metodologia é estratégia utilizada por grupos que foram historicamente subalternizados buscando transformar “a voz” em vozes múltiplas e abordar experiências compartilhadas. Sendo assim, é também uma ferramenta crítica para questionar e expor os pactos coloniais entre branquitude, cishéterosexismo, capacitismo e classicismo, possibilitando um reexame crítico e reflexivo da colonialidade. A teórica negra e feminista norte-americana bell hooks (2020) defende que o conhecimento não pode ser dissociado da experiência, para abigail Campo Leal (2021) a escrita marcada pela corpo geopolítica além de marcar a conflitividade de uma época/contexto, também é uma escrita ajuntada, aqueerlombada, ela ainda diz que esta “não se pensa só. não se escreve só” (2022, p. 22).

bell hooks (2020) destaca que conversando e aprendendo juntas/es/os rompemos com a noção de que a aquisição de conhecimento se dá de forma individualista, ela diz: “em grande parte, a aquisição de conhecimento chega até nós, na vida diária, por meio de conversas” (bell hooks, 2020, p. 18). Sendo assim, a autora propõe as conversações como dinâmica de intercambio de conhecimento e aprendizagem. As conversações, diferentes de entrevistas estruturadas, possibilitam estabelecer um diálogo íntimo e criativo com as/os interlocutoras/es de pesquisa.

Além disso, utilizo o diário gráfico que de acordo Aina Azevedo (2016), possibilita outras formas de registro com relação ao diário de campo escrito, nesse sentido, dispara maneiras particulares de produzir conhecimento. Entendo as produções (antro)poéticas (Daniele BORGES BEZERRA et al, 2023) como os desenhos, bordados, fotografias, poesia, escritas-outras enquanto metodologia de produção de conhecimento etnográfico crítico e criativo e não somente como interação em 'campo'. (Aina AZEVEDO,2016)

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Atualmente, tenho me dedicado à revisão bibliográfica, buscando sistematizar o que já foi produzido sobre o tema em questão na minha área de atuação, mas também pensando o campo da saúde e artes pois essa pesquisa é multidisciplinar.

Além disso, o trabalho de campo já foi iniciado, nesse sentido, estou produzindo reflexões em meus diários de campo, realizando conversações com algumas pessoas trans e propondo espaços criativos de convivência no ambulatório. No início do ano realizamos oficinas de e para pessoas trans no âmbito da instituição para produção de fanzines e práticas artísticas. As oficinas de atividades artísticas possibilitaram conhecer e produzir em conjunto no espaço do ambulatório. A proposição partiu de mim e Ametista Muller que também é usuária do ambulatório. A oficina se revelou um potente espaço de criação, entretanto, sobretudo um lugar de encontro entre subjetividades trans.

### **4. CONCLUSÕES**

São poucos os estudos desta temática na área da antropologia e o que já existe são estudos de pessoas cisgêneras sobre pessoas trans. Esta pesquisa é feita por, com e para pessoas transvestigêneres. O compromisso decolonial crítico é denunciar e evidenciar as opressões a que são expostas populações que foram historicamente subalternizadas, principalmente dado nosso contexto no Brasil. Escrevo-vivo situado no país com os maiores índices de assassinatos contra pessoas trans, travestis e pretas no mundo, é neste mesmo país que nós nos multiplicamos de formas inimagináveis, nessa - guerra - violenta de forças de morte e vida, nós vivemos e viveremos. Esta pesquisa é também sobre nossas felicidades, nossas vidas-combativas e nossos corpos-experimentos.

Nomear as violências e estruturas de poder enquanto atuantes de um CISTema mundo moderno e colonial é o compromisso da antropologia comprometida e engajada que pratico e acredito. Além disso, esta pesquisa visa mostrar como é urgente seu papel na construção de políticas públicas inclusivas, acessíveis e que possam dar conta das especificidades de cada grupo/coletividade a partir dos marcadores da diferença. É parte do que as contribuições feministas críticas da ciência, das epistemologias trans, vêm realizando através de suas trajetórias e pesquisas desobedientes e transformadoras.

### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANZALDÚA, Gloria. "La conciencia de la mestiza /Rumo a uma nova consciência". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13, n. 3: 704-719, set-dez./2005.

AZEVEDO, Aina. Um convite à antropologia desenhada. **METAgrias: metalinguagem e outras figuras**. Brasília, v. 1, n. 1, mar. 2016.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**/Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag, 2023.

BEZERRA, Daniele Borges; NAKAÓKA ELIAS, Alexsânder; MARTINS, Valéria de Paula; MOURA, Lisandro Lucas de Lima; PINHEIRO, Patricia dos Santos; TAMAYO, Luis Carlos Toro. Etnografias multissensoriais e mediações antropológicas: A experimentação como forma de errância. **Iluminuras**. vol.24, n.64, 2023.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

LEAL, abigail Campos. **ex/orbitâncias: os caminhos para deserção de gênero**. GLAC edições, São Paulo, 2021.

LEMOS, Kaio Souza. **Processos externalizadores: normas, práticas e tecnologias de gênero no universo transmasculino no Ceará**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFC/UNILAB, Universidade Federal do Ceará, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, Fortaleza, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 22(3) p.935-952, set-dez.2014.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie: Sexo drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1, 2018.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, 2016.